

PLANO BÁSICO REGIONAL LITORAL DO PARANÁ

Indicação de novos Paradigmas no Planejamento Regional Brasileiro na década de 1960

Ana Carolina Xavier
Soares, Gislaíne Beloto
Universidade Estadual de
Maringá

RESUMO | Esta pesquisa investiga o desenvolvimento do Planejamento Regional, especialmente na área do Planejamento Urbano e Regional durante as décadas de 1950 e 1960, enfatizando a inovação nesse campo. Baseando-se na definição de paradigma de Thomas Kuhn, ela explora como os paradigmas moldam as práticas e ideias dos profissionais da área. Destaca-se a ruptura com paradigmas estabelecidos, exemplificada pelo caso do Plano Básico Regional Litoral do Paraná de 1966. Além de preencher lacunas na historiografia do planejamento regional brasileiro, a pesquisa busca compreender como esse plano desafia a narrativa convencional ao abordar questões ambientais em uma época de foco na industrialização. Utilizando análise documental, o estudo se concentra nos conceitos ambientais presentes no plano, considerando sua relevância contemporânea. Essa abordagem visa reconhecer a singularidade do planejamento regional paranaense nas suas décadas iniciais.

Palavras chave: Planejamento Regional, Paradigma ambiental, Sustentabilidade, Paraná

ABSTRACT | This research investigates the development of Regional Planning, especially in the area of Urban and Regional Planning during the 1950s and 1960s, emphasizing innovation in this field. Based on Thomas Kuhn's paradigm definition, she explores how paradigms shape the practices and ideas of professionals in the field. The rupture with established paradigms is highlighted, exemplified by the case of the 1966 Paraná Coastal Basic Plan. In addition to filling gaps in the historiography of Brazilian regional planning, the research seeks to understand how this plan challenges the conventional narrative by addressing environmental issues at a time of focus on industrialization. Using documentary analysis, the study focuses on the environmental concepts present in the plan, considering its contemporary relevance. This approach aims to recognize the uniqueness of regional planning in Paraná in its early decades.

Keywords: Regional Planning, Environmental Paradigm, Sustainability, Paraná

1. Introdução

Paradigmas desempenham um papel fundamental na orientação das práticas e políticas de planejamento regional, servindo como referências que moldam as estratégias adotadas em um determinado contexto histórico. Eles refletem não apenas as prioridades econômicas e sociais de uma época, mas também as visões de mundo e os valores compartilhados pela comunidade profissional envolvida no planejamento urbano e regional.

Identificar e compreender os paradigmas presentes nos Planos Regionais Brasileiros da década de 1960 é essencial para entender o desenvolvimento histórico do planejamento no país, e também para avaliar como esses conceitos se relacionam com as preocupações contemporâneas sobre sustentabilidade e preservação ambiental. Nesse sentido, a análise do Plano Básico Regional para o Litoral do Paraná, elaborado em 1966, pode fornecer informações valiosas sobre as abordagens adotadas na época e sua relevância para os desafios enfrentados pelo planejamento regional atualmente.

As decisões relacionadas ao planejamento regional brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 foram fortemente influenciadas pelas correntes econômicas de substituição das importações em prol da industrialização. A implantação de indústrias motrizes foi a chave encontrada para o crescimento econômico na maioria - para não dizer a totalidade - dos planos regionais brasileiros, conforme apresentado por vários autores (Feldman, 2010, Beloto, 2015, 2019, Chiquito, 2016, Tavares, 2018). Entretanto, pouco se sabe como esses planos abordaram as questões ambientais, se as abordaram; e quais planos regionais brasileiros são precursores em introduzir a natureza como condicionante das propostas territoriais.

Portanto, além de preencher uma lacuna na literatura acadêmica sobre o planejamento regional brasileiro, esta pesquisa propõe contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e práticas de planejamento. Ao analisar o Plano Básico Regional Litoral do Paraná à luz dos paradigmas contemporâneos, espera-se fornecer uma base sólida para reflexões sobre o papel do planejamento regional na promoção de um desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

2. Paradigmas e o planejamento regional brasileiro

2.1 - Conceito de paradigma

Paradigmas em seu sentido popular é algo que serve de exemplo, um modelo ou padrão. Porém, de acordo com a definição dada pelo físico Thomas Kuhn (2013), “paradigma” pode ser conceituado de duas maneiras distintas. Por um lado, refere-se às crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma determinada comunidade - um paradigma sociológico. Por outro lado, o autor também define paradigma como as soluções concretas empregadas como modelos e que têm o poder de substituir regras explícitas como base para a solução de problemas - um paradigma como exemplos compartilhados. E de acordo com as interpretações de Masterman (1970) sobre o trabalho de Kuhn, paradigmas se constituem a partir de três princípios distintos. Primeiramente, há o princípio organizador da percepção humana, que é a visão de mundo, ou seja, como a sociedade percebe e atua no mundo, cujo caráter é

filosófico, denominado como “metaphysical paradigm”. Em segundo lugar, há o princípio da aceitação de conquistas científicas e de instituições políticas, conhecido como “sociological paradigm”. Por fim, há o princípio da prática científica, da técnica e da instrumentalização que proporcionam os modelos, referido como “artefact paradigm”. Pode-se assim afirmar que o fazer científico é moldado pelos paradigmas vigentes em seu tempo, e não é diferente quando observamos a disciplina do planejamento urbano, o Planejamento segue os paradigmas vigentes em seu tempo.

Os paradigmas, compreendidos como modelos ou padrões compartilhados que exercem influência sobre a percepção, o pensamento e as ações em diversos contextos, (Kuhn, 2013) se fundamentam em visões importantes para se entender a dinâmica do planejamento urbano e regional em períodos diferentes. Esses modelos não apenas moldam a compreensão do mundo, mas também direcionam as práticas e soluções adotadas para enfrentar os desafios urbanos. Segundo Thomas Kuhn (2013), os paradigmas representam conjuntos de crenças, valores e técnicas compartilhadas por comunidades envolvidas no planejamento urbano, influenciando tanto a visão de mundo quanto a prática científica. Edgar Morin (2015) amplia essa concepção ao incluir não apenas o pensamento científico, mas também doutrinas, ideologias e visões de mundo mais amplas, enfatizando a importância dos paradigmas na produção e organização do conhecimento.

A análise dos paradigmas no campo do planejamento urbano revela sua influência sobre as visões de mundo e os padrões de pensamento que orientam as práticas e decisões nesse domínio. Paradigmas são essenciais para compreender não apenas a percepção de problemas, mas também as soluções propostas para enfrentá-los (Kuhn, 2013). A partir de seu entendimento como um conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhadas por profissionais e comunidades científicas (Kuhn, 2013) e, considerando a compreensão mais profunda dos paradigmas presentes no planejamento urbano, conforme definido por Edgar Morin (2015), é possível uma análise mais rica das estruturas de pensamento subjacentes, o que pode facilitar o entendimento de propostas e soluções existentes aos desafios urbanos de cada época.

2.2 - O planejamento regional no Brasil

No panorama do planejamento regional no Brasil, há um contexto marcado pela introdução e consolidação do planejamento territorial no país sob a influência de abordagens norte-americanas e europeias. O planejamento como prática profissional e disciplina do conhecimento emerge no Brasil junto à institucionalização da região como objeto do plano a partir da década de 1940. As décadas áureas do planejamento regional se associam diretamente à influência norte-americana, com destaque para a Missão Cooke nos anos de 1940 e 1950, que impulsionou a crença no planejamento regional como meio de promover o desenvolvimento econômico e social (Feldman, 2010). O planejamento trouxe consigo uma profusão de ideias e conceitos, provenientes de diversas fontes, como o town planning inglês, a legislação nova iorquina e as propostas do Regional Planning Association of America (RPAA). A região passou a ser reconhecida como objeto de análise e proposição, destacando-se o zoneamento e o plano diretor como principais instrumentos. É observado no país duas grandes vertentes em ascensão no planejamento: uma que trata a expansão das cidades e outra que trata as bacias hidrográficas utilizando-as como critério

para a regionalização. (Beloto,2015)

A influência da Tennessee Valley Authority (TVA) no planejamento regional mundial foi significativa, como um modelo bem-sucedido de desenvolvimento regional nos Estados Unidos, serviu como inspiração para iniciativas semelhantes em outros países, incluindo o Brasil. O principal objetivo da TVA foi promover o desenvolvimento econômico e social em uma região pouco povoada e desenvolvida, através da gestão dos recursos hidrográficos. Assim a bacia hidrográfica do rio Tennessee serviu para delimitar a região de planejamento, inspirando, assim, a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), no nordeste brasileiro. Sendo a primeira comissão instituída no país, a CVSF tinha como objetivo desenvolver economicamente a região do rio São Francisco, utilizando estratégias semelhantes às adotadas pela TVA, como a construção de barragens para controle de inundações e geração de energia hidrelétrica, além de programas para promover a agricultura e o desenvolvimento industrial na região. (Chiquito, 2016; Beloto, 2015)

Posteriormente, em 1951, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU) foi instituída com base nos preceitos de planejamento regional da TVA. Seu objetivo foi coordenar o desenvolvimento econômico e social dos estados banhados pelo rio Paraná, incluindo Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Do mesmo modo que a CVSF, a CIBPU visava o controle de enchentes, a geração de energia, a melhoria da navegação fluvial e o desenvolvimento agrícola na região. O plano elaborado para a bacia do rio Paraná teve duas grandes fases: uma fase voltada para o aproveitamento dos recursos hídricos para promoção de energia e transporte e outra voltada ao desenvolvimento econômico e social dos estados pertencentes à Comissão. A Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) foi contratada para a elaboração do plano citado, cujo direcionamento propositivo voltou-se à criação dos pólos de desenvolvimento. (Chiquito, 2016; Beloto, 2015)

Destaca-se, diante da proposta da proposta da SAGMACS, que as cidades assumiram o papel central nas estratégias de desenvolvimento econômico e no arranjo territorial, tornando-se peças-chave na busca pela modernização. (Beloto, 2015) Os pólos de desenvolvimento emergiram como unidades econômicas motrizes, exercendo efeito de expansão sobre outras unidades territoriais. Essa abordagem destacou a importância das cidades como entidades concretas dentro do processo de desenvolvimento regional e nacional, e resultou na formulação de diversos planos de desenvolvimento para os estados e também planos para as cidades que eram vistas como polo de desenvolvimento.

Os pólos de desenvolvimento estiveram presentes no planejamento regional brasileiro por diversas décadas, inclusive contribuindo no processo de regionalização. Enquanto a regionalização baseada nas bacias hidrográficas importantes para o primeiro momento do planejamento regional, seu amadurecimento foi fortemente marcado pela presença da Teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux.

2.3 - Paradigma ambiental no planejamento regional

Com os planos regionais sendo elaborados sob a perspectiva teórica dos pólos de crescimento, cuja indústria era o principal gerador de crescimento e desen-

volvimento urbano e regional, outras abordagens propositivas complementares pareciam dispensáveis. Sobretudo a natureza não estava entre os principais itens da pauta do planejamento regional e também urbano, a qual privilegiava os aspectos sociais, econômicos e o ordenamento territorial.

Deve-se considerar, entretanto, que as questões ambientais, hoje tão concretas nos discursos mundiais e diretamente interligadas com o paradigma da sustentabilidade, surgiu como uma resposta moderna às transformações desencadeadas pela Revolução Industrial, refletindo um movimento de reação às consequências ambientais negativas decorrentes desse processo. Nesse contexto, movimentos ambientalistas e conservacionistas fundamentaram o que chamamos de paradigma ambiental, conectando-se a uma base científica desde sua origem, tornando-se proeminente a partir dos anos 1950 através de referências expressivas de origem norte-americana e europeia. (Olivo, 2023)

O conhecimento ambiental foi moldado com base em uma variedade de disciplinas diversas, como ecologia, botânica, geografia e arquitetura, por meio de uma abordagem transdisciplinar. Uma compreensão cada vez mais profunda da interação entre os processos humanos e ambientais ressalta a urgência em tornar a sustentabilidade uma realidade. Esse imperativo é reforçado pela ideia de que a “questão ambiental é uma questão universal”. Nesse sentido, a ecologia da paisagem aplicada e o planejamento ambiental emergem como instrumentos fundamentais para enfrentar esses desafios e promover práticas sustentáveis.

O paradigma ambiental desloca a ênfase da produção da paisagem do campo da arte e da história para uma perspectiva baseada na ciência e na tecnologia, proporcionando uma nova visão sobre o mundo. Esta nova abordagem não se limita ao nível estético ou decorativo, mas amplia as possibilidades de intervenção na paisagem em diferentes escalas, desde o jardim até a escala regional. (Ndubisi, 2002)

A consolidação do paradigma ambiental se reflete na emergência de conceitos como o planejamento ecológico, que buscam estabelecer uma relação mais harmoniosa entre as ações humanas e os processos naturais. Conforme argumentado por Ndubisi (2002), esta abordagem visa compreender as relações recíprocas entre as pessoas e a terra, reconhecendo a importância de uma ética da paisagem que promova a preservação e a integridade dos ecossistemas. Paralelamente, o paradigma da sustentabilidade surge como uma visão relevante, destacando-se a partir do relatório de Brundtland em 1987. Esse relatório define o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras, promovendo uma relação equilibrada entre recursos naturais, tecnológicos e institucionais. A sustentabilidade, assim como a ecologia da paisagem, envolve valores que vão além do aspecto puramente ambiental, incluindo também aspectos estéticos, éticos e sociais.

De modo geral, os paradigmas ambiental e da sustentabilidade desempenham papéis fundamentais na evolução das práticas e políticas ambientais, exercendo uma influência direta no planejamento regional. Esses paradigmas promovem uma abordagem holística e interdisciplinar, que se manifesta na proposição de medidas para conservação da natureza e na integração de áreas verdes nos ambientes urbanos dentro do contexto do planejamento regional.

3. Plano Básico Regional para o Litoral do Paraná como fonte de evidências

A metodologia adotada nesta pesquisa segue uma abordagem qualitativa e multidisciplinar, visando a compreensão dos contextos históricos e conceituais que moldaram o planejamento regional no estado do Paraná, Brasil. Estrategicamente, o método da pesquisa é análise documental, tendo o Plano Básico Regional para o Litoral do Paraná como principal documento analítico e, portanto, a principal fonte de evidências.

O Plano Básico Regional para o Litoral do Paraná foi elaborado no ano de 1966, sendo ele uma das primeiras ações do governo estadual de Paulo Pimentel (1966-1971). Orientado pelo Plano de Desenvolvimento do Paraná, publicado em 1963, sendo considerado o início do planejamento regional institucionalizado no estado (cf. Beloto, 2015), o supracitado plano para o litoral paranaense foi elaborado a partir do contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e o escritório Forte Gandolfi Arquitetos Associados. A equipe responsável pela elaboração do plano foi composta por profissionais que haviam colaborado no anteprojeto do Plano Diretor de Curitiba anos antes, em 1965. O arquiteto Luiz Forte Netto liderou uma equipe multidisciplinar, composta por engenheiro, economista, sociólogo, botânico, agrônomo, advogado e arquitetos.

O Plano Básico abordou o Litoral do Paraná em três dimensões: socioeconômica, territorial e jurídica. Na esfera jurídica, estabeleceu medidas como os projetos de lei do Plano Diretor do Litoral do Paraná e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Litoral do Estado. Em termos socioeconômicos, propôs pontos de desenvolvimento regional, dividindo a região em grupos com diferentes destinos de produtos. A industrialização de atividades como a pesca foi enfatizada em ambos os casos. O aspecto territorial reflete ideias que influenciaram urbanistas brasileiros nas décadas de 1950 e 1960, envolvendo a ampliação da escala de planejamento e a incorporação de conceitos das ciências sociais e econômicas.

O Plano de Forte Gandolfi passa por quatro etapas: Situação, Proposta, Planos de Ação e Implementação. A primeira etapa envolve levantamento, análise e diagnóstico da região na época do plano, fundamentais para as propostas de modificações em toda a costa paranaense na fase seguinte. As etapas finais servem como diretrizes para a execução do Plano, destacando-se sua característica gráfica única, com mapas detalhados desde a abrangência total da região até perspectivas detalhadas de quadras.

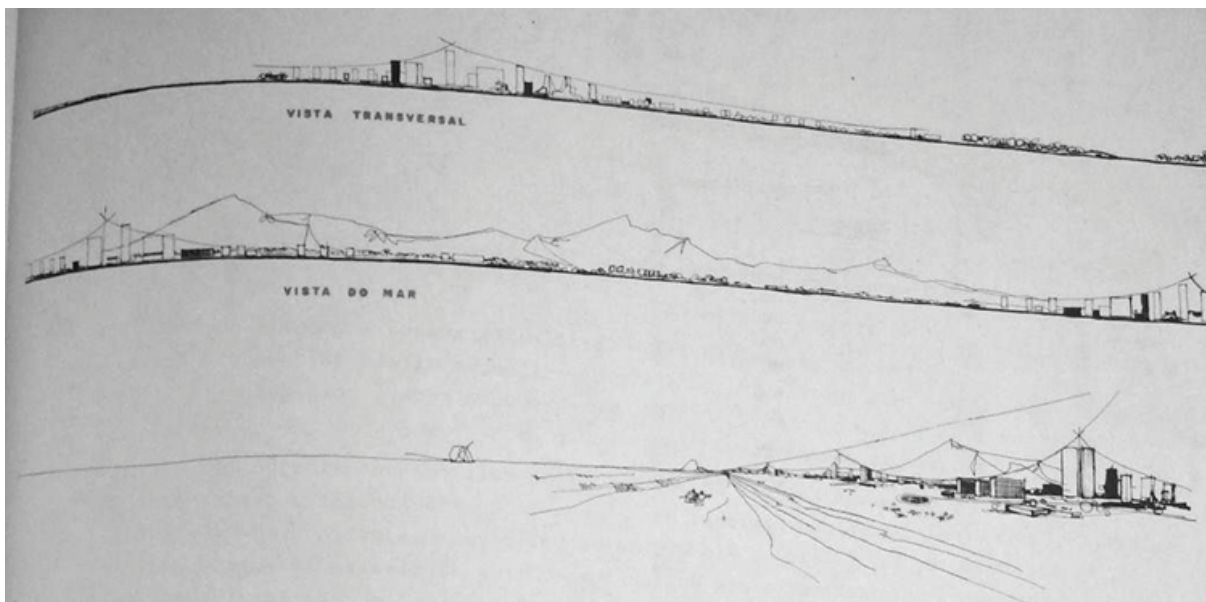
Uma vez entendido o contexto em que se insere o plano e quem são as pessoas que participaram de sua elaboração, a segunda fase desta pesquisa se constituiu de uma varredura em todo o texto na busca por palavras que minimamente se aproximassem do que atualmente é considerado paradigma ambiental. Estas palavras são: arborização, área(s) verde(s), ecologia, ecológico, floresta(s), (re)florestamento, natural(is), natureza, paisagem, paisagismo, paisagístico(a), sustentabilidade, sustentável, vegetação e verde(s). (Gráfico 1) Posteriormente, as palavras recorrentes foram classificadas conforme a temática a que se aplicava no texto do plano (Quadro 1). Deste modo entende-se que foi possível aproximar os termos elencados com o contexto em que foram escritos, compreendendo, assim, como foram empregados no plano e sugere-

tionando como eram empregados e quais os seus significados para a década de 1960.

4. Sinais precursores no planejamento regional do estado do Paraná

Antes mesmo da verificação dos termos empregados no texto do plano para o Litoral do Paraná, a composição da equipe técnica por si só é um dado precioso. Dentre os profissionais que compuseram a equipe de trabalho destaca-se a arquiteta paisagista Rosa Grena Kliass, uma paulista que participou com exclusividade na elaboração do plano. Sua presença na equipe, aliada a uma seção do plano dedicada exclusivamente à proposta paisagística, é um indício importante de que tal documento não trata somente do arranjo territorial comumente visto em planos regionais. A paisagem litorânea, especificamente a Serra Mar, foi considerada um condicionante do ordenamento do território, mas não sem antes ser considerada elemento presente na paisagem urbana e, portanto, devendo ser preservada com tal. (Figura 1).

Figura. 01: Vistas e Perspectiva - Proposta de composição espacial (P19), desenho da serra do mar como pano de fundo. Fonte: Forte Gandolfi, Plano Básico Regional Litoral do Paraná (1966)



Sendo assim, não é surpresa que, dentre as palavras verificadas no texto do plano, “paisagem” foi a mais recorrente, correspondendo a 24,39% do total dos termos verificados e 45% a mais de citação do que “verde(s)”, o segundo termo recorrente. (Gráfico 1) Ambos, “paisagem” e “verde(s)” encontram-se especialmente associados à recreação, turismo e embelezamento urbano, o que reforça o caráter turístico como proposta de desenvolvimento econômico para região litorânea do estado. (Quadro 1)

Outros termos se destacam por não terem sido mencionados, são eles: sustentável, sustentabilidade, ecologia e seu derivado ecológico. A justificativa encontra-se no próprio conceito de paradigma, conforme Kuhn (2013), tratado nas seções iniciais deste trabalho. Essas palavras não faziam parte da ciência na década de 1960, muito menos do jargão do planejamento regional e urbano. É somente com a incorporação do paradigma ambiental pelo planejamento que sustentabilidade e ecologia começam a vigorar nos textos dos planos territoriais. Considerando o exposto, outros termos podem se aproximar do significado desses, a depender da temática em que foram empregados: vegetação, (re)florestamento e áreas verdes.

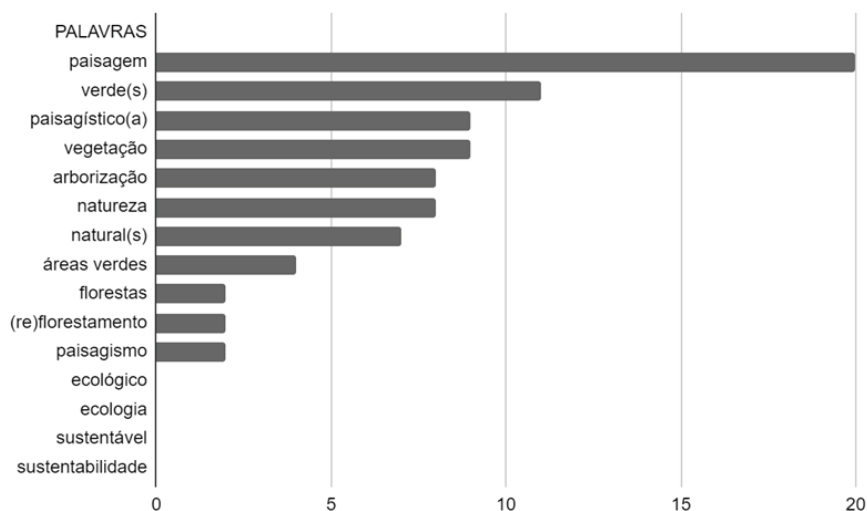


Gráfico. 01 Recorrência de palavras no texto do Plano Básico Regional Litoral do Paraná, 1966. Fonte: Elaborado por Alana Merighi Sartorelle, Isabela Roxo Candido, Ana Carolina Xavier Soares

De modo geral, há uma dinâmica complexa entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico no plano para o litoral paranaense conforme revelada no Quadro 1. A ênfase nos termos “áreas verdes” e “paisagem”, coloca em evidência a proposta do plano associada à recreação e ao turismo regional.

QUANTITATIVO DE PALAVRAS NO PLANO BASICO REGIONAL DO LITORAL DO PARANÁ (1966)																				
	Circulação de Pedestres	Economia Agrícola	Equipamento social	Ferrovia	Infraestrutura	Legislação	Loteamento	Paisagismo	Pesca Industrial	Planejamento	Proposta Urbana	Recreação	Remanejamento	Serrañis	Sistema Viário	Sítios Históricos	Turismo	Vegetação Litorânea	Zoneamento	
arborização																				
área(s) verde(s)	1										1									1
ecologia																				
ecológico																				
floresta(s)																			2	
(re)florestamento												1		1						
natural(is)		2						1				4								
natureza						1			1				1					1		4
paisagem				1				3		1			2		2	2	4			2
paisagismo								1			1									
paisagístico(a)						1		7									1			
sustentabilidade																				
sustentável																				
vegetação			1		1		1	2									4			
verde(s)	1						2	1				2								5

Contextos mais recorrentes
 Palavras sem recorrência

Quadro. 01 Classificação das palavras recorrentes de acordo com a temática abordada no Plano Básico Regional Litoral do Paraná, 1966. Fonte: Elaborado por Alana Merighi Sartorelle, Isabela Roxo Candido, Ana Carolina Xavier Soares

Os primeiros resultados de uma pesquisa mais ampla do que foi aqui demonstrado evidenciam que, no estágio inicial do planejamento regional paranaense, havia vínculos propositivos com a paisagem natural sob um olhar preservacionista. Esses vínculos ocorreram diante da conformação da paisagem urbana e ordenamento territorial, assim como diante de propostas para o desenvolvimento da região, onde a paisagem natural e as áreas verdes eram tidas como catalisadores do crescimento econômico. A conjugação da paisagem urbana sob a vertente da preservação ambiental e o crescimento econômico desse mesmo meio ambiente, indica um alinhamento ao paradigma ambiental contemporâneo, considerando as aproximações conceituais anteriormente esclarecidas.

5. Conclusão - um paradigma em seu estágio inicial

Os resultados desta pesquisa enfatizam a importância em se apresentar os paradigmas que estão presentes na sociedade no momento de elaboração de um documento, especificamente um plano regional. Através do documento do Plano Básico Regional para o Litoral do Paraná constatou-se a interação entre os aspectos ambientais e econômicos em uma proposta para o desenvolvimento da região costeira do estado, o que se mostra um indício de alinhamento com o que é conhecido atualmente como paradigma ambiental.

A presença de termos relacionados à paisagem natural e áreas verdes evidencia uma ligação intrínseca entre o planejamento regional e a preservação ambiental, um padrão de linguagem diferente de outros planos regionais, onde pouco ou nada se menciona sobre a paisagem, paisagem natural ou mesmo preservação ambiental.

Consequentemente, esta pesquisa tem o potencial de preencher lacunas na compreensão do desenvolvimento histórico do planejamento regional no Brasil. Ao situar o Plano Básico Regional Litoral do Paraná em seu contexto histórico e analisar sua abordagem em relação ao paradigma ambiental contemporâneo, espera-se contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e práticas de planejamento.

6. Bibliografia

BELOTO, G. E. (2015). Da região à metrópole. O território desenhado pelos modelos conceituais (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BELOTO, G. E. (2016). Cidade como peça-chave para o desenvolvimento regional: O planejamento paranaense nos anos de 1960. Anais XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (pp. 52-61). São Paulo.

BELOTO, G. E. (2019). Regional cities: International references in Brazilian regional planning in the 1950s and 1960s. *Planning Perspectives*. <https://doi.org/10.1080/02665433.2019.1597759>

CHIQUITO, E. d. (2011). A Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí: Do planejamento de vale aos pólos de desenvolvimento (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHIQUITO, E. d. (2016). A Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí: Do planejamento de vale aos pólos de desenvolvimento. São Paulo: Alameda.

FELDMAN, S. (2014). Entre o regional e o metropolitano: Pensamento urbanístico e metrópole no Brasil na década de 1950. *Revista USP*, 102, Artigo 102. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i102p13-22>

FELDMAN, S. (2010). Transforming the region, transforming the city: Three Brazilian studies of the 1950s. 14 IPHS Conference. *Urban Transformation: Controversies, Contrasts and Challenges* (pp. 1-11). Istanbul.

FORTE GANDOLFI. (1966). Plano Básico Regional Litoral do Paraná. Curitiba.

HACKING, I. (2013). Ensaio introdutório. In T. Kuhn, A estrutura das revoluções científicas (B. V. Boeira & N. Boeira, Trads., pp. 8-37). São Paulo: Perspectiva.

KUHN, T. (2013). A estrutura das revoluções científicas (B. V. Boeira & N. Boeira, Trads.). São Paulo: Perspectiva.

MASTERMAN, M. (1970). The nature of a paradigm. In I. Lakatos & A. Musgrave (Eds.), Criticism and growth of knowledge (pp. 59-89). London: Cambridge University Press.

MORIN, E. (2015). Introdução ao pensamento complexo (E. Lisboa, Trad.). Porto Alegre: Sulina.

NDUBISI, F. (2002). Ecological Planning: A historical and comparative synthesis. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

OLIVO, C. M. (2023). Paisagem do antropoceno: O projeto de paisagem sob o paradigma ambiental (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

TAVARES, J. (2018). Planejamento regional no estado de São Paulo: Polos, eixos e a região dos vetores produtivos. São Paulo: Annablume.

XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo / Cristina Araujo Lima... [et al.] ; Contribuciones de Josefina Dámaris Gutiérrez ; Compilación de Mónica S. Martínez. - 1a ed compendiada. - Córdoba : Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba ; Cataluña : Universitat Politècnica de Catalunya, 2024.
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-987-8486-61-1

1. Urbanismo. I. Araujo Lima, Cristina II. Gutiérrez, Josefina Dámaris, colab. III. Martínez, Mónica S., comp.

CDD 711.007